

LEI Nº 22/2009

**"ESTABELECE VALOR PARA OS DÉBITOS JUDICIAIS A SEREM PAGOS
MEDIANTE REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR - RPV PELO MUNICÍPIO DE
SÃO MANOEL DO PARANÁ".**

O PREFEITO MUNICIPAL: Faço Saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Os débitos de pequeno valor contra a Fazenda Pública Municipal, suas autarquias e fundações, resultantes de execuções definitivas dispensarão a expedição de precatório.

Art. 2º ~~Fica definido em 150 (cento e cinquenta) UFM – Unidade Fiscal do Município, as obrigações de pequeno valor a que alude o § 3º do artigo 100 da Constituição Federal.~~

Art. 2º Os débitos ou obrigações do Município de São Manoel do Paraná, apurados em virtude de sentença judicial transitada em julgado em desfavor da Administração Pública Direta ou Indireta, cujo montante seja igual ou inferior ao equivalente ao maior benefício do Regime Geral de Previdência Social serão considerados de pequeno valor, pagos mediante Requisição de Pequeno Valor (RPV), a que alude o § 3º do artigo 100 da Constituição Federal. (Redação dada pela Lei nº **15/2022**)

Art. 3º O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do ofício requisitório (requisição de pequeno valor) devendo ser demonstrado o trânsito em julgado do processo respectivo e a liquidez da obrigação.

Art. 4º Considera-se débito ou obrigação de pequeno valor o montante bruto apurado na conta de liquidação homologada, aqui incluídos todos os valores em execução, sendo admissível desmembrar o valor devido a cada beneficiário do crédito, em caso de litisconsórcio, para que seu pagamento se faça mediante requisição de pequeno valor, quando o total homologado seja superior ao estipulado como débito de pequeno valor.

§ 1º É vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução ou ainda, a expedição de precatório complementar ou suplementar para que seu pagamento se faça em parte, na forma de RPV e, em parte, mediante expedição de precatório.

~~§ 2º A requisição de pequeno valor adotará sempre o valor nominal da UFM – Unidade Fiscal do Município vigente ao tempo da requisição do pagamento.~~ (Revogado pela Lei nº **15/2022**)

Art. 5º Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no artigo 2º o pagamento será sempre por meio de precatório, sendo facultado ao credor renunciar expressamente ao crédito excedente e optar pelo pagamento do saldo, sem precatório, mediante requisição de pequeno valor, na forma prevista no § 3º, do artigo 100 da Constituição Federal.

Art. 6º Para cumprimento do disposto na presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do artigo 43, da Lei Federal nº **4.320**, de 17 de março de 1964.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Manoel do Paraná, aos 08 de outubro de 2009.

JOÃO PEREIRA PINTO

Prefeito Municipal

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 20/04/2022